



## **INCLUSÃO: CONCEITOS-FERRAMENTA QUE TENSIONAM O DEBATE CONTEMPORÂNEO**

Gilmar Vieira Martins <sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Trataremos, neste trabalho, justamente dos significados e relações construídos em torno do conceito de inclusão e elementos como governamentalidade, governo, normação e normalização que trazem ao debate provocações válidas. Tematizando as intencionalidades simbólicas, do termo.

Nosso objetivo é analisar as diversas nuances discursivas presentes nos textos teóricos de autores consagrados no campo pós-estruturalista. E, para tal fim, situamos o nosso referencial teórico-metodológico no debate sobre inclusão tomando como ponto de partida as noções teóricas de Michel Foucault e elementos vinculantes, tais como: governamentalidade, governo, normação e normalização, já referenciados acima. Afim de alcançarmos nosso objetivo tomamos como referência leituras propostas por autores como Fabris e Klein; Lopes; Veiga-Neto; Revel; Dardot e Laval; Santos e Tavares; dentre outros, que discutem inclusão no campo da educação. Os estudos desses autores têm como balizamento perspectivas pós-estruturalistas, que averiguam, por meio da concepção dos estudos de Michel Foucault e autores afins, pensar, entender e tencionar os campos discursivos em que a inclusão emerge.

Esta contribuição acadêmica resulta de revisão bibliográfica, com recorte temporal entre 2008 e 2018, sobre a temática suoramencionada, analisada como mecanismo de manutenção sistêmica de poder dado seu uso, pelos Estados, aqui especificamente o Estado brasileiro, com o propósito de manter controle sobre a população de seu território.

Nossos resultados (nada)conclusivos aponta para a percepção facilidade e constância na implementação de dispositivos que podem ser (e que são) utilizados para

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação na Universidade Nove de Julho – UNINOVE – SP, [gilmarmartins2014.1@uni9.edu.br](mailto:gilmarmartins2014.1@uni9.edu.br)



manter o indivíduo, a população sob controle, sem que percebamos conscientemente o que está acontecendo.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Esta pesquisa se vale de buscas do termo “inclusão” nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para teses e dissertações; Scientific Library On-Line (SciELO), para artigos científicos; Google Acadêmico, para livros especializados no assunto. O primeiro passo do processo de seleção de trabalhos para análise consistiu em eliminar o grande conjunto de textos relacionados à educação em suas diversas especificidades, além de outras abordagens temáticas específicas que não interessavam a este trabalho – assim, decidimos selecionar aqueles textos que tratavam conceitualmente de inclusão tendo em vista o campo da educação. Num segundo momento, selecionamos dentre alguns trabalhos, para demarcar teoricamente a produção deste artigo, os que tivessem como dominância analítica a perspectiva teórica foucaultiana. Assim, organizamos os resultados de uma revisão de literatura exploratória e de natureza descritiva, com foco no conceito de inclusão associado aos aspectos da governamentalidade, governo, normação e normalização.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Foucault (2008), no livro chamado *Segurança, território e população*<sup>2</sup>, descreve o que chamou de *governamentalidade*. Ele vai descrever uma técnica, uma tática geral de poder que passou a existir em países capitalistas a partir do século XVIII. Para ele, essa técnica de poder, de algum modo, complementa e suplementa a soberania das nações, que têm, atualmente, no capital seu fator de maior influência. Para Resende (2018), as técnicas de soberania que predominaram, principalmente durante os séculos XI e XVII, e que necessariamente correspondiam ao modo de se organizar a vida social e a vida política, tinham sido superadas.

---

<sup>2</sup> Este livro é uma coletânea de aulas ministradas no curso *Segurança, território e população*, no Collège de France, por Michel Foucault, no período de janeiro a abril de 1978. É um dos livros em que Foucault delinea a noção histórica de governamentalidade.



Governamentalização do Estado que é um fenômeno particularmente tortuoso, pois, embora efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo tenham se tomado de fato o único intuito político e o único espaço real da luta e dos embates políticos. (...) se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 145).

Então, tratando-se de um pensamento foucaultiano, trouxe embutida a relação conceitual atrelada à de sujeito<sup>3</sup>, relacionando-as diretamente, estando este sob a égide do mecanismo de governamentalidade e descrito como uma técnica de controle social que pode ser caracterizada pelo esforço de realizar a gestão da sociedade.

Dardot e Laval (2014) mencionam ‘razão governamental’ como um dos tipos de racionalidade empregado nos procedimentos para os quais se dirigem; dito de outro modo, haveria que direcionar, pela administração do Estado, a conduta dos homens, criando uma racionalidade política e, nesse sentido, uma racionalidade governamental. Desse modo visualizamos a possibilidade da incrementação da ação de governamentalidade com uso de governo.

Lopes e Fabris (2017) consideram que tensionar a inclusão inscreve-se na problematização do governo<sup>4</sup> e da governamentalidade. Acreditamos que os discursos políticos produzidos, estejam ou não no âmbito da educação, atuam na construção, regulação e governo dos sujeitos. Pois as práticas de governo ou de gestão governamental têm na população seu objeto, na economia seu saber e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos. Nesse aspecto, no que concerne ao governo, discussões teóricas têm contribuído, sobremaneira, para que se compreenda o papel regulador da educação. (VEIGA-NETO, 2019, p.123). A regulação é possibilitada por sua vez por meio da normação, e nesse aspecto, no curso *Segurança, território, população* o filósofo francês explicita a definição de normação. Ela pode ser exposta como uma operação vinculada às técnicas disciplinares, mas para que possamos conhecê-la de modo mais específico ao nosso estudo, primeiramente devemos buscar o significado de norma. De acordo com Foucault (1999, p. 302),

---

<sup>3</sup> Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos ‘subjetivação’, no sentido de processo, e ‘Si’, no sentido de relação (relação a si). (DELEUZE, 1992, p. 116)

<sup>4</sup> Governo neste trabalho é tomado no sentido de “dirigir as condutas” de indivíduos ou de pequenos grupos humanos. (VEIGA-NETO, 2019, p. 123)



é possível afirmar que o que circula entre o disciplinar<sup>5</sup> e o regulamentador e o que vai se aplicar da mesma forma ao corpo e à população e que permite simultaneamente controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento é a 'norma'.

Para Foucault (2008), a norma opera na população por normação, e está envolvida em dois processos distintos: a normação, ligada especialmente à disciplina, e a normalização, vinculado aos dispositivos de segurança.

De acordo com Fabris e Klein (2013), a normalização tem predominância em sociedade chamadas de seguridade, ou de controle. Considerando que tanto a norma quanto a normalização são constituintes de costumes, hábitos, práticas que são determinantes para as políticas de inclusão em nossos dias.

A sociedade da normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu encobrir toda superfície que se estende do orgânico ao biológico. Do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias da regulamentação de outra. (FOUCAULT, 2005, p. 302)

Para manutenção do aparelho normativo-punitivo do Estado, a gestão do homem na sociedade de normalização requer saberes específicos, que por sua vez só são produzidos a partir do próprio funcionamento da máquina estatal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante de um assunto tão controverso como é o da inclusão por meio da educação, utilizando-se de ferramentas que tencionam o debate. Nesta contribuição sucinta tratamos, tão somente, de analisar as diversas nuances discursivas presentes nos textos teóricos de autores supramencionados. Por tratar-se de aspectos relevantes que só são desmistificados após atentas leituras que demarquem subjetividades e intencionalidades produzidas no âmbito discursivo-normativo; convicções e princípios que se conformam a objetivos de controle, sendo as variantes discursivas expressadas em marcas de falas que se situam em um âmbito de caráter político, ideológico e

---

<sup>5</sup> Neste sentido, Foucault (1999b) faz referência a um poder que é criado para controlar o corpo do indivíduo, cujo objetivo é torná-lo útil e dócil.



epistêmico. Imperceptíveis a olhares desatentos, relações de poder<sup>6</sup> e olhares práticos constituem elementos de (res)significação do discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nos chama atenção, em todos os momentos, é percebermos a facilidade e constância na implementação de dispositivos que podem ser (e que são) utilizados para manter o indivíduo, a população sob controle, sem que percebamos conscientemente o que está acontecendo. Nesse panorama, a nosso ver, é possível pensar a inclusão por meio da educação como forma de gestão da ordem e da disciplina.

Nossas escolas são alvos constantes de reformas diluídas em novas regras, novos programas, novas ações, bem como outros instrumentos para manutenção do poder e da ordem. Pensamos que, na contemporaneidade não é possível aplicar mecanismos e técnicas de gestão da governamentalidade sem que o detentor de poder saiba a quem se governa, para quem são direcionados os controles de normação.

Desse modo, situamos o debate conceitual de inclusão de acordo com o que Rodrigues (2006, p.11) denominou ‘inclusão essencial’ e ‘inclusão eletiva’.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação. Estudos Foucaultianos. Neoliberalismo.

## REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

FABRIS, Eli T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Orgs.). **Inclusão e biopolítica.** (Coleção Estudos Foucaultianos). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2012.

---

<sup>6</sup> As relações de poder em Michel Foucault são vistas como mecanismos que atuam coagindo e disciplinando os indivíduos.



\_\_\_\_\_. M. **Segurança, território, população.** Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Michel. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LOPES, Maura Cocini. FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação.** 1 ed. 2ª. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Coleção Temas & Educação)

LOPES, Maura Corcini. Norma, inclusão e governamentalidade neoliberal. **In:** BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Foucault:** Filosofia e Política. (Coleção Estudos Foucaultianos). São Paulo: Autêntica Editora, 2011. p. 283-298.

RESENDE, H. **Michel Foucault:** Transversais entre educação, filosofia e história. São Paulo: Autêntica, 2013.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação:** doze olhares. São Paulo: Sumus, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo; GALLO, Silvio (Orgs.). **Fundamentalismo e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.